

Autoconvocação divide lideranças

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Houve um consenso ontem na reunião do colégio de líderes da Câmara sobre a necessidade de a Comissão de Inquérito Parlamentar Mista, que apura as denúncias contra o empresário Paulo César Farias, o PC, continuar a trabalhar independentemente da confirmação ou não do recesso parlamentar (ver página 7). Mas as lideranças partidárias, no entanto, estão divididas em relação à possibilidade de o Congresso Nacional autoconvocar-se para apreciar projetos tidos como prioritários.

O líder do PMDB, deputado Genebaldo Correa (BA), foi um dos primeiros a anunciar que acha desnecessária a convocação ex-

traordinária do Congresso. "Os últimos projetos importantes que estavam faltando ser apreciados, devemos votar nesta semana", garante. Devem entrar na ordem do dia da Câmara hoje, o projeto de modernização dos portos e o rito sumário da reforma agrária. Ontem foi aprovada a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), até o próximo dia 30, quando está previsto o término do semestre legislativo, é possível que também seja apreciado o projeto do Executivo que dispõe sobre a isonomia salarial entre os três poderes, cuja urgência urgentíssima foi proposta ontem. Em plenário, Ibsen

anunciou que a partir de hoje deverão ser realizadas pelo menos duas sessões por dia, uma pela manhã e outra à tarde, e, se necessário, até mesmo no próximo final de semana.

Mas uma decisão sobre a autoconvocação do Congresso Nacional só será anunciada oficialmente no próximo dia 29. O deputado José Genoíno (PT-SP), adianta que considera um absurdo o Congresso paralisar suas atividades em meio a uma crise política da dimensão em que se apresenta a atual. "Vou entrar com um requerimento pedindo a suspensão do recesso parlamentar", reagiu. Já o líder do PDS, deputado José Luiz Maia (PI), tem opinião diferente e argumenta que uma con-

vocação extraordinária custaria muito caro para o Legislativo.

No Senado, só hoje os líderes partidários devem discutir a pauta prioritária para os próximos dias de votações, que poderão incluir três projetos apreciados pela Câmara na semana passada; o de concessão dos serviços públicos, licitações e contratos e advocacia geral da União. Durante a reunião também deverá ser analisada a possibilidade de a CPI do PC continuar a funcionar ao longo do recesso. De acordo com o presidente da Casa, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), vários pareceres estão sendo levantados sobre a viabilidade regimental de uma provável prorrogação dos trabalhos da CPI.